

Sumário

CAPÍTULO I • DIREITO PROCESSUAL PÚBLICO	23
1. AS PECULIARIDADES DO ESTUDO DO DIREITO PROCESSUAL EM LI- TÍGIOS COM O PODER PÚBLICO	23
2. FAZENDA PÚBLICA OU PODER PÚBLICO?	25
2.1. Conceito e abrangência.....	26
2.2. Representação jurídica	28
3. ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO	35
4. RESPONSABILIDADE DO ADVOGADO PÚBLICO	37
5. PRERROGATIVAS E REGIME JURÍDICO.....	39
5.1. Foro por prerrogativa de função.....	39
5.2. Independência funcional X isenção técnica	39
5.3. Autonomia financeira e orçamentária	40
5.4. Porte de arma de fogo.....	40
5.5. Procurador-geral do Estado escolhido entre os integrantes da carreira	41
5.6. Regime remuneratório	42
5.7. Autorização prévia para manifestação do advogado público	44
QUESTÕES DE CONCURSO	45
CAPÍTULO II • PRAZOS.....	49
1. INTRODUÇÃO	49
2. CONSTITUCIONALIDADE.....	49
3. ALCANCE E CARACTERÍSTICAS	51
3.1. Contagem em dias úteis.....	52
3.2. Litisconsórcio	52
3.3. Recesso	53
4. HIPÓTESES DE NÃO APLICAÇÃO DO PRAZO EM DOBRO	53
4.1. Prazo próprio para o ente público	53
4.2. Prazos judiciais	54
4.3. Audiência de conciliação e mediação	55
4.4. Prazos em ações de controle de constitucionalidade (ADI e ADC).....	56
4.5. Estado estrangeiro.....	56
4.6. Ação rescisória	57
4.6.1. Prazo para ajuizamento	57
4.6.2. Prazo para apresentação de defesa	57
4.7. Mandado de Segurança.....	58
4.8. Recurso em pedido de suspensão	59

4.9. Contestação em ação popular	60
QUESTÕES DE CONCURSO	60
CAPÍTULO III • PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	63
1. INTRODUÇÃO	63
2. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA EM DEMANDAS MOVIDAS EM FACE DO PODER PÚBLICO	64
2.1. Prescrição em reparação civil de danos	65
2.2. Prescrição em relações de trato sucessivo	66
2.3. Ações reparatórias em razão da ditadura – imprescritibilidade.....	68
2.4. Prescrição em questões ambientais	68
2.5. Prescrição intercorrente em processo de execução contra o Poder Público	69
2.6. Prescrição na fase de cumprimento de sentença.....	69
2.7. Prescrição em processo de aposentadoria.....	70
2.8. Prescrição em casos de fundação privada de apoio à universidade pública	70
2.9. Prescrição em execução individual de sentença coletiva.....	70
2.10. Decadência para anular acordo firmado com o Poder Público.....	71
QUESTÕES DE CONCURSO	71
CAPÍTULO IV • VALORES EXIGIDOS DO PODER PÚBLICO NO CURSO DO PROCESSO	73
1. INTRODUÇÃO	73
2. PAGAMENTO DE DESPESAS PROCESSUAIS PELO ENTE PÚBLICO	73
2.1. Beneficiário de gratuidade de justiça e os honorários periciais	76
2.2. Despesas processuais em ação civil pública.....	76
2.3. Porte de remessa e retorno	77
3. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	77
3.1. Percentuais de honorários em demandas contra o Poder Público.....	78
3.2. Características gerais da condenação em honorários nas demandas contra o Poder Público	80
3.3. Honorários advocatícios em grau recursal	81
3.4. Cumprimento de sentença não impugnado	83
3.5. Execuções individuais decorrentes de sentença em ação coletiva.....	84
3.6. Concordância do ente público com o pedido e cumprimento espontâneo.....	84
3.7. Titularidade dos honorários.....	86
3.8. Fluência de juros.....	88
3.9. Direito intertemporal – aplicação do regime de honorários do CPC-2015.....	88
3.10. Condenação em demandas movidas pela Defensoria Pública	89
4. RECURSO	91
5. AÇÃO RESCISÓRIA.....	91
6. MULTAS	91
6.1. Multa por ato atentatório à dignidade da Justiça e litigância de má-fé.....	91
6.2. Embargos de declaração protelatórios e agravo interno inadmissível.....	93
6.3. Multa coercitiva.....	94
6.4. Multa pelo não comparecimento à audiência de conciliação ou mediação.....	95
QUESTÕES DE CONCURSO	96

CAPÍTULO V • PODER PÚBLICO COMO RÉU	99
1. INTRODUÇÃO	99
2. COMPETÊNCIA	99
3. COMUNICAÇÃO DE ATOS PROCESSUAIS.....	101
3.1. Citação	101
3.2. Intimação	102
4. RESPOSTA DO ENTE PÚBLICO E REVELIA.....	104
QUESTÕES DE CONCURSO	105
CAPÍTULO VI • INTERVENÇÃO DO PODER PÚBLICO	107
1. INTRODUÇÃO	107
2. CARACTERÍSTICAS E NATUREZA JURÍDICA.....	108
3. SISTEMÁTICA DE APLICAÇÃO	110
3.1. Admissibilidade	110
3.2. Modo de ingresso do ente público	110
3.3. Modo de atuação em juízo.....	111
3.4. Interposição de recurso	111
3.5. Pedido de suspensão	114
QUESTÕES DE CONCURSO	114
CAPÍTULO VII • TUTELA PROVISÓRIA CONTRA O PODER PÚBLICO	117
1. INTRODUÇÃO	117
2. LEGISLAÇÃO PERTINENTE	117
3. CONSTITUCIONALIDADE E COMPATIBILIDADE COM OUTROS INSTITUTOS DE DIREITO PROCESSUAL PÚBLICO	120
3.1. Constitucionalidade.....	120
3.2. Remessa necessária.....	121
3.3. Regime de pagamento por precatório.....	121
4. ANÁLISE DAS VEDAÇÕES LEGAIS À TUTELA DE URGÊNCIA CONTRA O PODER PÚBLICO	122
4.1. Ato de autoridade com prerrogativa de foro	122
4.2. Irreversibilidade da medida	123
4.3. Compensação de créditos tributários e previdenciários.....	124
4.4. Ações possessórias	125
5. TUTELA DE EVIDÊNCIA CONTRA O PODER PÚBLICO	125
6. MEIOS DE IMPUGNAÇÃO	126
QUESTÕES DE CONCURSO	127
QUESTÃO DISCURSIVA	129
CAPÍTULO VIII • PEDIDO DE SUSPENSÃO	131
1. INTRODUÇÃO	131
2. LEGISLAÇÃO PERTINENTE	132
3. SISTEMÁTICA DE APLICAÇÃO	134
QUESTÕES DE CONCURSO	139
QUESTÃO DISCURSIVA	140

CAPÍTULO IX • REMESSA NECESSÁRIA.....	141
1. INTRODUÇÃO.....	141
2. CONSTITUCIONALIDADE.....	142
3. NATUREZA JURÍDICA.....	143
4. APLICAÇÃO.....	144
4.1. Sentenças contrárias ao Poder Público.....	144
4.1.1. Remessa necessária de decisão de mérito.....	144
4.1.2. Sentença terminativa e sentença de mérito.....	144
4.1.3. Não cabimento em decisão colegiada.....	145
4.1.4. Não cabimento em sentença homologatória.....	145
4.2. Procedência de embargos à execução fiscal.....	145
4.3. Sentença ilíquida.....	146
4.4. Ação civil pública e ação de improbidade administrativa.....	147
4.5. Mandado de segurança.....	147
5. PROCEDIMENTO.....	147
6. EXTENSÃO DA ANÁLISE NA REMESSA NECESSÁRIA.....	149
6.1. Apelação e remessa necessária prejudicada.....	149
6.2. Reformatio in pejus.....	150
7. RECURSO ESPECIAL EM REMESSA NECESSÁRIA.....	151
8. DISPENSA DA REMESSA NECESSÁRIA.....	151
8.1. Valor mínimo para cabimento da remessa necessária.....	151
8.2. Entendimentos jurisprudencial e administrativo consolidados.....	152
8.3. Juizados Especiais.....	153
8.4. Sentença arbitral.....	153
QUESTÕES DE CONCURSO.....	153
CAPÍTULO X • EXECUÇÃO CONTRA O PODER PÚBLICO.....	157
1. INTRODUÇÃO.....	157
2. ALCANCE.....	158
3. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E A EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL CONTRA O PODER PÚBLICO.....	159
4. DEFESA DO ENTE PÚBLICO.....	159
5. EXECUÇÃO PROVISÓRIA.....	161
6. SISTEMA DE PAGAMENTO DE DÉBITOS DO ENTE PÚBLICO POR PRECATÓRIO.....	162
6.1. Listas de precatórios.....	163
6.2. Crédito de natureza alimentícia.....	166
6.3. Fracionamento de precatório.....	168
6.4. Regime de inclusão do precatório no orçamento – modificação da EC n. 114/2021.....	169
6.5. Natureza da atividade do presidente do Tribunal no processamento do preca- tório.....	170
6.6. Pagamento de precatórios e sequestro.....	171
6.7. Incidência de correção monetária e juros de mora – modificação pela EC n. 113/2021.....	174
6.8. Compensação de valores de precatórios – modificação pela EC n. 113/2021 ..	177
6.9. Cessão de crédito de precatório.....	179

6.10. Assunção de dívida pela União.....	180
6.11. Financiamento de dívida de precatório	181
6.12. Utilização de crédito de precatórios para negócios jurídicos com o ente público – EC n. 113/2021	182
6.13. Intervenção federal e princípio da reserva do possível.....	183
7. REGIME ESPECIAL – EC Nº 94/2016 E Nº 99/2017	183
7.1. Legitimados.....	184
7.2. Prazo de pagamento.....	184
7.3. Índice de correção.....	185
7.4. Montante de depósito para pagamento	185
7.5. Fontes de recursos para pagamento dos precatórios.....	186
7.6. Métodos de pagamento.....	188
7.7. Possibilidade de fracionamento	189
7.8. Sequestro e responsabilização.....	190
7.9. Vedação a desapropriações	190
7.10. Compensação	190
8. PARCELAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DEVIDAS POR MUNICÍPIOS	191
9. SISTEMA DE PAGAMENTO POR REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR – RPV	192
10. PRECATÓRIOS E RPVS NÃO LEVANTADOS – LEI Nº 13.463/2017	195
QUESTÕES DE CONCURSO	196
CAPÍTULO XI • EXECUÇÃO FISCAL	201
1. INTRODUÇÃO	201
2. TÍTULO EXECUTIVO	201
3. LEGITIMIDADE DAS PARTES	204
3.1. Legitimidade ativa	204
3.2. Legitimidade passiva.....	206
4. COMPETÊNCIA	209
5. PROCEDIMENTO	210
5.1. Petição inicial	211
5.2. Despacho liminar positivo e fixação de honorários advocatícios.....	212
5.3. Despacho liminar positivo e interrupção da prescrição.....	214
5.4. Custeio de atos processuais no curso da execução fiscal	215
5.5. Citação	217
5.6. Intimação do ente público	218
5.7. Participação do Ministério Público	219
5.8. Penhora	219
5.8.1. Ordem legal do art. 11 da LEF.....	219
5.8.2. Impenhorabilidade do bem de família	222
5.8.3. Penhora de estabelecimento empresarial	223
5.8.4. Remoção do bem penhorado.....	223
5.8.5. Intimação da penhora	224
5.8.6. Medidas executivas atípicas	225
5.8.7. Termo inicial da contagem de prazo para embargos.....	225
5.8.8. Preferência de créditos.....	226

5.8.9. Avaliação de bens penhorados	227
5.8.10. Cautelar de caução prévia e honorários advocatícios	228
5.8.11. Constrição de bens em execução fiscal contra empresas em recuperação judicial.....	228
5.9. Ato atentatório à dignidade da Justiça e fraude à execução	229
5.10. Expropriação de bens.....	231
6. OS MECANISMOS DE DEFESA CONTRA A EXECUÇÃO FISCAL	232
6.1. Embargos à execução fiscal	232
6.1.1. Prazo para oferecimento dos embargos	232
6.1.2. Necessidade de garantia do juízo e concessão de efeito suspensivo....	233
6.1.3. Conteúdo dos embargos.....	234
6.1.4. Procedimento dos embargos à execução.....	235
6.2. Exceção de pré-executividade.....	236
6.3. Defesa heterotópica na execução fiscal	237
7. VICISSITUDES DA EXECUÇÃO FISCAL.....	239
7.1. Suspensão do processo	239
7.2. Decretação de indisponibilidade de bens.....	244
7.3. Cancelamento da dívida ativa	245
7.4. Modificação do valor da dívida e sucumbência	246
7.5. Arquivamento de débitos inscritos em dívida ativa.....	246
7.6. Cobrança de valores baixos e desistência	246
7.7. Declaração de inconstitucionalidade e a presunção de certeza e liquidez da CDA	247
7.8. Prazo prescricional da repetição de indébito e da execução contra a Fazenda Pública	248
7.9. Execução fiscal e processo de falência.....	248
8. SENTENÇA E RECURSOS	249
9. MEDIDA CAUTELAR FISCAL	250
9.1. Introdução.....	250
9.2. Procedimento	251
9.3. Arrolamento de bens e concessão da cautelar	253
10. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO TRIBUTÁRIO: COMPENSAÇÃO OU PRECATÓRIO	254
11. PROTESTO EXTRAJUDICIAL PARA COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA	254
QUESTÕES DE CONCURSO	256
QUESTÃO DISCURSIVA	262
CAPÍTULO XII • RECLAMAÇÃO	263
1. INTRODUÇÃO	263
2. LEGISLAÇÃO PERTINENTE	263
3. NATUREZA JURÍDICA.....	264
4. SISTEMÁTICA DE APLICAÇÃO	265
4.1. Preservação de competência.....	265
4.1.1. Ato comissivo.....	266
4.1.2. Ato omissivo	266
4.2. Garantia da autoridade das decisões do tribunal.....	267
4.3. Decisão do STF em controle concentrado	267

4.4. Observância de súmula vinculante.....	268
4.5. Observância de acórdão em IRDR e incidente de assunção de competência....	269
4.6. Cumulação da reclamação com outros meios de impugnação	270
4.7. Hipóteses de não cabimento da reclamação	271
4.7.1. Decisão transitada em julgado.....	271
4.7.2. Acórdão de REExt com repercussão geral ou no regime de repetitivos ..	272
4.7.3. Ato administrativo com recurso pendente	272
4.7.4. Ato legislativo.....	272
4.8. Recursos e ônus sucumbenciais.....	272
4.9. Reclamação contra decisões de Juizados Especiais	273
QUESTÕES DE CONCURSO	274
CAPÍTULO XIII • AÇÃO MONITÓRIA.....	279
1. INTRODUÇÃO	279
2. AÇÃO MONITÓRIA EM FACE DO PODER PÚBLICO	279
3. ISENÇÃO DE CUSTAS.....	280
4. FORMA DE PAGAMENTO.....	281
QUESTÕES DE CONCURSO	281
CAPÍTULO XIV • MANDADO DE SEGURANÇA.....	283
1. INTRODUÇÃO	283
2. CARACTERÍSTICAS.....	284
2.1. Conceito e natureza jurídica	284
2.2. Formas de tutela	285
2.3. Direito líquido e certo	285
2.4. Residual em relação ao habeas corpus e ao habeas data.....	287
2.5. Ilegalidade ou abuso de poder.....	287
2.6. Autoridade pública	288
2.7. Prazo de impetração.....	290
3. SISTEMÁTICA DE APLICAÇÃO	293
3.1. Ato legislativo	294
3.2. Ato de que caiba recurso administrativo.....	295
3.3. Ato judicial.....	296
3.3.1. Agravo, taxatividade mitigada e o cabimento de mandado de segurança	298
3.3.2. Mandado de segurança em processo criminal	299
3.4. Ato disciplinar	299
3.5. Compensação tributária.....	300
4. PARTES.....	300
4.1. Legitimidade ativa	301
4.2. Legitimidade passiva.....	302
4.2.1. Polo passivo.....	302
4.2.2. Teoria da encampação	303
4.2.3. Indicação errônea da autoridade coatora.....	305
4.2.4. Correção do polo passivo no CPC.....	306
4.2.5. Litisconsórcio passivo.....	306
4.3. Ministério Público	307
5. COMPETÊNCIA	308

6. PROCEDIMENTO	308
6.1. Petição inicial	309
6.2. Informações e defesa	310
6.3. Tutela provisória	311
6.4. Sentença	313
6.5. Coisa julgada	314
6.6. Remessa necessária	315
6.7. Recursos	316
6.7.1. Cabimento em relação a decisões interlocutórias	316
6.7.2. Sistemática recursal	317
6.7.3. Sistemática recursal de mandado de segurança originário de tribunal..	318
6.7.4. Extensão da legitimidade recursal à autoridade coatora	320
6.7.5. Contagem do prazo recursal	320
6.7.6. Incidência de honorários advocatícios na fase recursal	321
6.7.7. Ampliação do colegiado em grau recursal	321
6.8. Pedido de suspensão	322
6.9. Cumprimento de sentença	322
6.10. Prazo para desistência do mandado de segurança	325
7. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	325
7.1. Legitimidade ativa	325
7.2. Objeto	327
7.3. Litispendência com o processo individual	328
7.4. Manifestação prévia do Poder Público para concessão de liminar	328
7.5. Coisa julgada	328
QUESTÕES DE CONCURSO	329
QUESTÃO DISCURSIVA	334
CAPÍTULO XV • HABEAS DATA	335
1. INTRODUÇÃO	335
2. OBJETO E CABIMENTO	335
3. COMPETÊNCIA	336
4. LEGITIMIDADE	337
4.1. Legitimidade ativa	337
4.2. Legitimidade passiva	337
5. PROCEDIMENTO	338
5.1. Fase administrativa	338
5.2. Fase judicial	339
5.2.1. Petição inicial	339
5.2.2. Resposta do demandado	340
5.2.3. Participação do Ministério Público	340
5.2.4. Liminar	340
5.2.5. Sentença	340
5.2.6. Outras características	341
6. LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO	342
QUESTÕES DE CONCURSO	344

CAPÍTULO XVI • MANDADO DE INJUNÇÃO	349
1. INTRODUÇÃO	349
2. EVOLUÇÃO JURISPRUDENCIAL DO MANDADO DE INJUNÇÃO	349
3. OBJETO E CABIMENTO	351
3.1. Impedimento ao exercício de direito ou liberdade constitucional	352
3.2. Perda de objeto pelo advento de norma regulamentadora.....	353
3.3. Descabimento para regular direito de militar à ascensão funcional	353
4. COMPETÊNCIA	353
5. LEGITIMIDADE	355
5.1. Legitimidade ativa	355
5.2. Legitimidade passiva.....	355
6. PROCEDIMENTO	355
6.1. Petição inicial	355
6.2. Recebimento e processamento	356
6.3. Tutela provisória	356
6.4. Sentença, coisa julgada e recursos.....	357
7. MANDADO DE INJUNÇÃO COLETIVO	358
QUESTÕES DE CONCURSO	359
CAPÍTULO XVII • AÇÃO POPULAR.....	363
1. INTRODUÇÃO	363
2. OBJETO.....	363
3. AÇÃO POPULAR, MANDADO DE SEGURANÇA E AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: DISTINÇÕES	364
4. COMPETÊNCIA	364
5. LEGITIMIDADE	365
5.1. Legitimidade ativa	365
5.2. Legitimidade passiva.....	366
5.3. Pessoa jurídica interessada.....	366
6. PROCEDIMENTO	367
6.1. Prazo para ajuizamento	367
6.2. Petição inicial	367
6.3. Documentação pertinente	368
6.4. Citação	368
6.5. Prazo para a defesa.....	369
6.6. Tutela provisória	369
6.7. Alegações finais.....	369
6.8. Sentença	370
6.9. Coisa julgada	370
6.10. Remessa necessária.....	370
6.11. Recursos	370
6.12. Cumprimento.....	371
QUESTÕES DE CONCURSO	371
CAPÍTULO XVIII • AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	375
1. INTRODUÇÃO	375
2. ALCANCE	377

3. ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	379
3.1. Atos que importam em enriquecimento ilícito.....	379
3.2. Atos que causam prejuízo ao erário.....	380
3.3. Atos que atentam contra os princípios da Administração Pública.....	382
3.4. Outras situações de improbidade.....	384
3.5. Cumulação de sanções e prescrição.....	384
4. COMPETÊNCIA.....	385
5. LEGITIMIDADE.....	386
5.1. Legitimidade ativa.....	386
5.2. Legitimidade passiva.....	387
5.3. Participação do ente público no processo.....	390
6. PROCEDIMENTO.....	390
6.1. Representação do particular.....	391
6.2. Petição inicial.....	391
6.3. Juízo de admissibilidade.....	391
6.4. Defesa.....	392
6.5. Tutela provisória.....	392
6.6. Instrução probatória.....	394
6.7. Transação.....	394
6.8. Sentença.....	395
6.9. Cumprimento da sentença.....	397
6.10. Prescrição.....	398
QUESTÕES DE CONCURSO.....	399
CAPÍTULO XIX • DESAPROPRIAÇÃO.....	405
1. INTRODUÇÃO.....	405
2. LEGISLAÇÃO PERTINENTE.....	405
3. DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA OU INTERESSE SOCIAL.....	408
3.1. Caracterização da utilidade pública e do interesse social.....	409
3.2. Prazo para propositura da demanda judicial.....	410
3.3. Legitimidade de partes.....	411
3.4. Competência.....	411
3.5. Mediação e arbitragem na desapropriação.....	412
3.6. Procedimento judicial.....	413
3.6.1. Petição inicial.....	413
3.6.2. Citação.....	413
3.6.3. Contestação.....	414
3.6.4. Participação do Ministério Público.....	415
3.6.5. Imissão provisória na posse.....	416
3.6.5.1. Procedimento comum.....	416
3.6.5.2. Imóvel residencial urbano.....	418
3.6.6. Levantamento parcial do depósito.....	419
3.6.7. Perícia.....	419
3.6.8. Sentença: aspectos da condenação.....	420
3.6.8.1. Juros compensatórios.....	420
3.6.8.2. Juros moratórios.....	422
3.6.8.3. Correção monetária.....	423

3.6.8.4.	Incidência de juros moratórios e compensatórios	424
3.6.8.5.	Honorários advocatícios	424
3.6.8.6.	Custas processuais.....	425
3.6.8.7.	Indicação do valor do imóvel na petição inicial	425
3.6.8.8.	Tributação da indenização pela desapropriação	426
3.6.8.9.	Forma de pagamento de valores complementares	426
3.6.9.	Sentença: coisa julgada, recursos e remessa necessária	426
3.7.	Desistência da desapropriação.....	427
4.	DESAPROPRIAÇÃO PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA.....	427
4.1.	Requisitos.....	428
4.2.	Legitimidade	429
4.3.	Procedimento	429
4.4.	Sentença.....	431
5.	DESAPROPRIAÇÃO PARA FINS URBANÍSTICOS	432
6.	EXPROPRIAÇÃO DE GLEBAS COM PLANTAÇÕES ILEGAIS E TRABALHO ESCRAVO	433
7.	DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA	433
	QUESTÕES DE CONCURSO	434
	QUESTÕES DISCURSIVAS	438
	CAPÍTULO XX • JUIZADOS ESPECIAIS	441
1.	INTRODUÇÃO	441
2.	LEGISLAÇÃO PERTINENTE	441
3.	JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS	442
3.1.	Competência	442
3.2.	Legitimidade	444
3.3.	Procedimento	445
3.3.1.	Petição inicial.....	445
3.3.2.	Citação e intimação.....	446
3.3.3.	Audiência e instrução probatória	447
3.3.4.	Concessão de tutela provisória.....	448
3.4.	Sentença e recursos	448
3.4.1.	Dispensa da remessa necessária.....	449
3.4.2.	Recurso cabível	449
3.4.3.	Exercício da retratação pelo juízo sentenciante	450
3.4.4.	Juízo de admissibilidade	450
3.4.5.	Embargos de declaração	451
3.4.6.	Ampliação do colegiado	451
3.4.7.	Pedido de uniformização de interpretação da Lei – PUIL.....	452
3.4.8.	Recurso especial	452
3.4.9.	Recurso extraordinário	453
3.4.10.	Sistema de julgamento de recursos repetitivos.....	454
3.4.11.	A cultura do precedente	454
3.4.12.	Ação rescisória.....	455
3.5.	Cumprimento de sentença.....	455
4.	JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA	456
4.1.	Competência	456
4.2.	Composição	457

4.3. Legitimidade	457
4.4. Procedimento	458
4.5. Cumprimento de sentença.....	459
QUESTÕES DE CONCURSO	459
CAPÍTULO XXI • ARBITRAGEM COM O PODER PÚBLICO.....	465
1. INTRODUÇÃO	465
2. CONCEITO	466
3. CONSTITUCIONALIDADE.....	466
4. VANTAGENS DA ARBITRAGEM	467
4.1. Escolha do árbitro.....	467
4.2. Flexibilidade procedimental.....	467
4.3. Possibilidade de escolha da lei aplicável.....	468
4.4. Confidencialidade.....	468
4.5. Celeridade	468
5. PRINCÍPIOS DA ARBITRAGEM.....	468
5.1. Autonomia da vontade das partes	469
5.2. Autonomia da cláusula compromissória.....	469
5.3. Kompetenz-kompetenz.....	469
6. ESPÉCIES DE ARBITRAGEM.....	469
6.1. Arbitragem institucional ou avulsa (<i>ad hoc</i>).....	469
6.2. Arbitragem nacional ou internacional	470
7. ARBITRABILIDADE	471
8. CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM	471
9. ÁRBITRO	472
10. PROCEDIMENTO ARBITRAL.....	473
10.1. Instauração e organização	473
10.2. Fase postulatória	474
10.3. Fase probatória	475
10.4. Tutela provisória na arbitragem.....	475
11. SENTENÇA ARBITRAL	475
QUESTÕES DE CONCURSO	476
ANEXO I • SÚMULAS DO STJ E STF SOBRE DIREITO PROCESSUAL PÚBLICO	479
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	479
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	484
SÚMULAS VINCULANTES DO STF	487
ANEXO II • TESES FIXADAS EM REPERCUSSÃO GERAL, CONTROLE CONCENTRADO E RECURSOS REPETITIVOS	489
STF – ADI’S	489
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF – TEMAS DE REPERCUSSÃO GERAL	493
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ.....	496
ANEXO III • ENUNCIADOS DO FÓRUM PERMANENTE DE PROCESSUALISTAS CIVIS	505
BIBLIOGRAFIA	509